

Garantias às carioquinhas

por Fátima Belchior
do Rio

O Fundo da Dívida Pública do Estado do Rio de Janeiro adquirirá todas as Obrigações do Tesouro do Estado — as “carioquinhas” — que estiveram em poder de instituições financeiras que venham a sofrer intervenção ou liquidação extrajudicial. E o que determina resolução da Secretaria da Fazenda do estado, cujo objetivo é neutralizar “a expectativa de risco” com os papéis do governo fluminense, segundo anunciou, na última sexta-feira, o secretário da Fazenda, César Maia. Os preços de aquisição dos títulos serão os estabelecidos nos acordos de recompra. Tendo por limite o teto fixado diariamente pela Gerência de Operações Financeiras (Gerof), do Banco do Brasil.

A medida complementa outra adotada pela Secretaria da Fazenda, em maio último, também com o objetivo de atrair financiamentos para os papéis do

governo do Estado do Rio. Como lembrou César Maia, através do Decreto-lei nº 7.308 o Banerj foi autorizado a debitar na conta do Tesouro valores referentes ao resgate e rendimentos dos papéis aos seus proprietários, caso o estado não o faça. Maia revelou que, neste mês, a arrecadação de tributos somará Cr\$ 135 bilhões, dos quais 15% serão dirigidos ao resgate e ao pagamento de juros dos títulos estaduais.

“DESAFOGO”

O governo do estado tem em sua carteira 60 milhões de “carioquinhas”, no valor de Cr\$ 720 bilhões, das quais 25% estão no mercado e 75% encontram-se es-

tocadas no Banerj (50%) e no Fundo da Dívida Pública (25%). Na próxima semana, os papéis que se encontram na carteira do Banerj serão transferidos ao fundo da dívida, uma orientação dada pelo Banco Central, como forma de “desafogar” o banco estadual, segundo Maia.

Na semana passada, o Senado Federal autorizou o governo do estado a emitir mais 8,5 milhões de “carioquinhas” (Cr\$ 103 bilhões), mas o governo fluminense não pretende colocá-las já no mercado. “Não estamos com pressa”, disse Maia, que aguarda melhores condições para os papéis estaduais a fim de colocá-los no mercado.